



---

**A ARGUMENTAÇÃO E OS PROCESSOS  
CONSTITUTIVOS DO ENUNCIADO: A SIGNIFICAÇÃO  
EM DUCROT E CULIOLI**

\*\*\*

**ARGUMENTATION AND PROCESSES OF  
UTTERING: MEANING CONSTRUCTION IN DUCROT  
AND CULIOLI**

Fátima Graziele de Souza<sup>1</sup>  
Albano Dalla Pria<sup>2</sup>

**Recebimento do texto:** 10/10/2017

**Data de aceite:** 20/11/2017

**RESUMO:** Aproximamos dois enquadramentos teóricos através do tema central “argumentação. Optamos por duas teorias francesas: a *Teoria da Argumentação na Língua*, de Oswald Ducrot e Jean-Claude Anscombre, e a *Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas*, de Antoine Culioli. São linguistas contemporâneos, conviveram no mesmo espaço intelectual e se dedicaram à significação em suas obras. Além das (re)leituras dos autores, oferecemos aos nossos leitores a análise de alguns fenômenos. A apreensão dos jogos intersubjetivos na determinação da significação é de natureza distinta em cada uma das teorias.

**PALAVRAS-CHAVE:** Argumentação; Sentido; Significação; Processos; Operações.

**ABSTRACT:** Through “argumentation” as the central theme, we put together two approaches in this work. Two French theories were chosen: *Theory of language argumentation* by Oswald Ducrot and Jean-Claude Anscombre and *Theory of predicative and enunciative operations* by Antoine Culioli. They are contemporary linguists, they lived in the same intellectual space and dedicated to meaning much of their work. The analyses of some phenomena and our reading of the two theories are our contribution to Linguistics. In each of the theoretical projects is of distinct nature the apprehension of intersubjective play in meaning determination.

**KEYWORDS:** Argumentation; Sense; Meaning; Processes; Operations.

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UNEMAT/Cáceres-MT. Membro do Grupo de Pesquisa *Variação e invariantes na linguagem*.

<sup>2</sup> Pós-doutor pela Universidade Nova de Lisboa (Bolsista CAPES – Proc. nº 99999.006159/2014-01). Docente do Curso de Letras da UNEMAT/Alto Araguaia e do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UNEMAT/Cáceres-MT. Coordenador do Grupo de Pesquisa *Variação e invariantes na linguagem*.



Interagir verbalmente é perder-se em um labirinto ou em uma profusão de caminhos de significações possíveis, mas é exatamente nesse *égarement* que podemos eventualmente nos situar, nos encontrar, acertar (REZENDE, 2006, p.16 – grifo da autora).

### Primeiras palavras

Na esteira do raciocínio em epígrafe, a mesma autora, mas em outro texto, afirma que

o sujeito é estrangeiro para si próprio, há nele uma cisão original e é essa espessura dialógica que o caracteriza como ser humano [...] Essa cisão é o céu e o inferno. É o céu porque, senão, o sujeito seria monolítico, uma pedra, um bloco. É o inferno porque ele precisa constantemente se equilibrar, se encontrar, se construir face a si mesmo como outro, e face ao outro, como o outro mesmo (REZENDE, 2010, p. 23).

A suposição de que podemos ser levados para todo lado, como se leva uma pedra, porque estamos fundamentalmente desorientados pode estar correta, mas apenas em parte. Assim como a bússola, estamos sempre orientados para um norte (uma direção ainda que grosseira de sentido), e nisso nos distinguimos do monólito. Estamos fundamentalmente perdidos, mas fundamentalmente à procura do caminho.

Essa cisão original e, principalmente, nossa desorientação fundante, é convidativa às determinações do exterior. Na nossa relação com o outro, jogamos com as possibilidades de determinação. O clássico *Alice no país das maravilhas* (CARROLL, 2002) trabalha com maestria a relação entre o *égarement* da epígrafe e as muitas determinações, ainda que auto-justificadas, que a desorientada Alice encontra, ou que a encontram, numa



---

trajetória de (des)aventuras. Encerremos por aqui nossa referência ao domínio literário e passemos a uma situação cotidiana.

Suponhamos que, para uma certa sociedade, seja um consenso alguém se apressar a retirar o prêmio em posse de um bilhete premiado da loteria. Não se espera de tal sujeito que se desvie desse caminho para, por exemplo, vender o bilhete premiado a um outro sujeito, para que esse fique com o prêmio. Nesse caso, a oferta para que compremos o bilhete premiado não nos causa alguma suspeição? Pois bem, não seria essa suspeição um alerta de que talvez tenhamos de jogar com o vendedor? Caso contrário, compramos o bilhete, mas não faltará quem nos diga que fomos tapeados.

Essa situação talvez seja simplista para ilustrar o jogo das determinações da cena enunciativa. Se suspeitamos de argumentos, se os questionamos, se colocamos outras possibilidades ao interlocutor, estamos, de algum modo, num jogo argumentativo. E, nesse jogo, não faltará quem nos diga, ao seu modo, que não podemos mesmo suspeitar, questionar, e assim por diante. De um certo ponto de vista, talvez seja desejável o “cumprimento das regras do jogo”.

Este texto trata do jogo argumentativo que está fundamentado não só pelas intenções de significação de um dado sujeito, por exemplo, vender o “bilhete premiado”, tal como na situação ilustrada acima, mas também pelas intenções da alteridade, como a tentativa de escape da compra do bilhete. Há sempre um pano de fundo de intenções que vão resultar numa dada orientação enunciativa para o enunciado. O pano de fundo na disputa em torno do bilhete do nosso exemplo é: quem não vende, perde; quem não compra, ganha; quem vende, ganha; quem compra, perde. A





---

incompatibilidade das intenções de vender e de não comprar está construída sobre um fundo comum: vencer. As teorias nem sempre explicitam os cenários subjacentes ao jogo intersubjetivo, e talvez não o queiram mesmo explicitar.

Neste trabalho envidamos esforços para construir a aproximação de duas teorias enunciativas: a *Teoria da Argumentação na Língua*<sup>3</sup> e a *Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas*. A primeira teoriza **como** perder e **como** ganhar. Em última instância, é o êxito. Desse ponto de vista, será bem-sucedido aquele que se faz entender. A segunda, os **modos** pelos quais se perde e se ganha<sup>4</sup>, dentre outras possibilidades. Tem por fundamento que os sujeitos não se entendem, e se fazer entender é resultado de uma conduta de esforços do sujeito para alcançar o outro e se fazer entender na interação verbal.

Corremos o risco de estar colocando num mesmo espaço teorias que configuram opções distintas, por essa razão, este texto deve ser lido como um ensaio de aproximação. Se não conseguirmos superar certas divergências, esperamos também não ter fomentado atos de segregação. Estamos cientes de que nossa formação na *Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas* não esteve apartada do nosso esforço de compreensão da *Teoria da Argumentação na Língua*. Assumimos o risco de ter produzido uma caricatura do pensamento da semântica argumentativa. Contudo, concordamos como o filósofo Ponzio (2010) sobre

---

<sup>3</sup> Referimos à versão *Standard* da Teoria da Argumentação na Língua. Sua formulação consta da obra *L'argumentation dans la langue*, de Jean-Claude Anscombe e Oswald Ducrot, publicada, originalmente, na Bélgica, em 1983.

<sup>4</sup> Ganhar, perder e ter êxito se diluem.



---

natureza dissidente da palavra que, fora dos lugares comuns, busca o outro sem a pretensão de ser veículo da verdade absoluta quando adentra o seu espaço.

Como pretendemos oferecer ao leitor mais do que uma (re)leitura das teorias cotejadas neste trabalho, construímos alguns esboços de análises que dão visibilidade ao seu funcionamento.

### **Teoria da Argumentação na Língua**

Somente na década de 1970 o caráter argumentativo da língua passa a ser contemplado por uma teoria específica, desenvolvida pelos linguistas Oswald Ducrot e Jean-Claude Anscombre. Até então, questões argumentativas restringiam-se ao domínio da retórica. Portanto, esses linguistas operam o deslocamento de questões de retórica para o campo da semântica linguística. Sob o ponto de vista de que a compreensão do sentido dos enunciados prescinde do mundo fenomenológico, os linguistas concluíram pela inscrição da argumentação na língua. A relação de denotação (palavras-objetos) é dispensada e a significação, que, nesse caso, se confunde com a argumentação, será o resultado do uso que se faz das formas da língua. Aquilo que compreendemos da superfície da língua como argumento e conclusão seriam marcas da alteridade enunciativa entre figuras da linguagem, o locutor e o alocutário.

Por esse viés, o enunciado está relacionado ao acontecimento histórico: a existência do que se fala (alguma coisa), sem qualquer existência antes e depois de se falar. A enunciação, desse ponto de vista, se confunde com o momento do dizer. Enquanto acontecimento, o enunciado



---

é da ordem do irrepetível, do único. São determinados a data e o lugar de sua inscrição.

Assim,

[...] a realização de um enunciado é de fato um acontecimento histórico: é dado existência a alguma coisa que não existia antes de se falar e que não existirá mais depois. É esta aparição momentânea que chamo de enunciação (DUCROT, 1987, p.168).

Sob o conceito de enunciação em questão, são compreendidas as várias possibilidades de realização de uma determinada estrutura frasal. Os sentidos são construídos pelos termos do sistema linguístico, colocados em relação num mesmo domínio. Na esteira dessas conceituações, Ducrot (1980, p.11) afirma que a frase “fornece instruções que permitem descobrir, numa situação de enunciação particular, aquilo a que se referem os seus enunciados”. Em suma, o programa de trabalho da Teoria da Argumentação na Língua, doravante, TAL, é este: *a argumentação está na língua e as frases, por sua vez, são argumentativas*. A interpretação dos enunciados ocorreria a partir do funcionamento de certas formas da língua que, em sua gênese, conteriam instruções argumentativas, orientadas para a continuação e o encadeamento dos enunciados.

A noção de direcionamento argumentativo é introduzida nesse ponto da teoria, visando eficácia argumentativa, a figura do locutor determina as leis e os limites da enunciação construída. A imagem do outro (alocutário) delimita-se, nesse processo, como a do ser inerte, mudo. A alteridade está construída dentro de uma problemática do mesmo.



---

A significação avança na direção da instrução; comporta um modo de emprego regular ou de uma função que comporta parâmetros variáveis. Temos a projeção da preponderância de um caminho determinado, linear, sobre o labirinto de significações possíveis, referido na epígrafe deste trabalho.

Nessa direção, os teóricos da TAL postulam a existência de certos morfemas denominados “operadores argumentativos” para ligar os segmentos (sintaxe) que os enunciados comportam e determinar uma dada direção de argumentação-significação (semântica).

Tomemos, por exemplo, os operadores *peu* e *un peu* de Anscombe e Ducrot (1988, p. 197). Vejam-se:

(1) *Pierre a **peu** travaillé*  
(*Pedro trabalhou **pouco***).

(2) *Pierre a **un peu** travaillé*  
(*Pedro trabalhou **um pouco***).

Para os teóricos, (1) e (2) remetem ao mesmo fato empírico: o ato de trabalhar em pequena quantidade. Acrescentam que ambas as frases se implicam mutuamente, culminando no seguinte raciocínio: se Pedro “trabalhou pouco”, ao menos “um pouco” ele trabalhou. Embora entendam que aquilo que se enuncia em (1) remete a (2) e que o que se enuncia em (2) implica (1), acrescentam que são distintas as intenções argumentativas de (1) e (2).



---

Se, para um dado contexto social, o trabalho for caminho privilegiado para a ascensão moral e econômica, o interlocutor pode vir a concluir:

(1a) *Pedro vai fracassar*

(2a) *Pedro possivelmente terá sucesso.*

Essas conclusões são sustentadas por um certo ponto de vista sobre o sucesso e o fracasso, num certo tipo de cultura e de sociedade. Portanto, fogem ao domínio deste trabalho. Dessa ótica, os operadores *peu* e *un peu* conduzem a conclusões que resultam de diferenciações no nível argumentativo, tais como:

(1b) *Pedro não tem trabalhado*

(2b) *Pedro tem trabalhado.*

O operador *mas* explicita essas diferenciações em (3):

(3) *Pedro trabalhou pouco, **mas** trabalhou um pouco.*

Em suma, a força argumentativa consistiria exatamente no conjunto virtual de enunciados depreendidos de uma dada frase em um discurso. Assim, o locutor apresentaria o argumento X em favor de Y. Com efeito, buscaria orientar o alocutário a uma dada conclusão, desse ponto de vista, as (re)orientações argumentativas não são mero “efeito de estilo”. Por certo, “o recurso a um segundo argumento não é simplesmente cumulativo, justificando-se pelo fato de que o enunciador, ao considerar que o primeiro argumento corre o risco de não convencer o destinatário, escolhe uma troca do domínio argumentativo” (VOGÜE; PAILLARD, 2011, p.135).







---

Parece-nos que, nesse ponto, a teoria concede certa autonomia ao alocutário, que pode vir a escapar do domínio do locutor. As adaptações do “dono do enunciado” e sua busca por antecipar os movimentos do interlocutor visam a eficácia argumentativa. A neutralidade está ausente do funcionamento argumentativo da linguagem. Porque aponta para uma dada determinação, todo uso é argumentativo. A intenção é determinada; a orientação argumentativa é determinada. Assim se pronuncia Ducrot (1987, p. 174): “um enunciado argumentativo apresenta sua enunciação como levando a admitir tal ou tal conclusão”.

Desse ponto de vista, a conclusão não é algo a que se chega a partir de um argumento, mas é, aquilo que está contido no sentido do próprio argumento. Em outros termos, o sentido dos enunciados é construído pela interdependência semântica dos termos relacionados, ainda que de modo sucinto, foi o que pretendemos explicitar através dos operadores *peu* e *un peu*. O domínio linguístico se apropria do valor argumentativo até então exclusivo do domínio da retórica.

Parece-nos, ainda, que o controle sobre aquilo que o outro (alteridade) pode ou deve concluir torna-se constitutivo do enunciado em alguma medida. Em última instância, concluímos que é a presença do outro no enunciado que passa a ser controlada. No jogo intersubjetivo subjacente se pode inferir/imaginar a reação do outro diante ao enunciado. Aquilo que se entende do outro é constitutivo dos direcionamentos argumentativos.

Em alguma medida a TAL tenderia a um certo determinismo. Dado que o outro apresentar-se-ia, ao menos inicialmente, conforme dito acima, como transparente ao locutor, como uma totalidade previsível. Porém, na



---

medida em que o outro se mostra ativo, porque questiona e coloca imprevisibilidades, o locutor reorienta suas “estratégias”, busca (re)equilibrar seus valores. Sua motivação são orientações que conduziriam o outro à exclusão, à submissão, à rendição, e assim por diante. Desse ponto de vista, o outro só existe na enunciação enquanto se torna irreduzível a meu projeto enunciativo, já o disseram Vogüé e Paillard (2011, p. 136).

Sob a ótica argumentativa, o jogo intersubjetivo somente alcança um certo tipo de êxito quando locutor e alocutário se apropriam dos valores que estão subjacentes às marcas da língua. A ideia central desenvolvida por Ducrot e colaboradores alcança aquilo que se encontra estabilizado, o valor linguístico. Sobre esse valor se impõem orientações pelo uso e se constroem valores argumentativos.

### **Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas**

A linguagem foi definida pelo linguista francês Antonie Culioli, proponente da *Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas*, doravante TOPE, como a atividade de representação, referenciação e regulação (CULIOLI, 1999). Sob esse ponto de vista, entende-se que a significação seja um construto da articulação da linguagem com as línguas naturais.

Nessa teoria, a argumentação não tem a visibilidade que lhe dá a TAL. O modo como a TOPE define a linguagem não nos permite pinçar a argumentação como uma categoria autônoma dos processos de construção de significação. Desse ponto de vista, a argumentação está diluída entre outras categorias no processo de construção do enunciado.



---

Fundamentada pelo funcionamento da atividade de linguagem, a argumentação será entendida, não como objeto homogêneo ou uma categoria (de língua) construída, mas, como um objeto cujo valor é um construto central da atividade de linguagem.

A intenção de produzir significação é constitutiva da atividade de linguagem. Os sujeitos estimam suas representações em relação àquelas que acreditam (conscientemente ou não) ser a do outro. Para tanto, cada sujeito recorre às suas experiências com o mundo psico-físico e cultural, constrói representações e lhes dá forma como um modo de perceber ou de categorizar o mundo (o linguístico e o extralinguístico), mas esse processo implica adaptação dos sujeitos às categorizações ou aos modos de perceber do outro.

Desse ponto de vista, o outro é constitutivo da prática de construção de significação em situações particulares de enunciação. Enquanto atividade subjetiva, a construção de representação cognitiva é anterior à construção linguística ou à representação formalizada e, por essa razão, foge ao domínio do linguista. Ao teorizar os arranjos léxico-gramaticais de uma língua dada enquanto vestígios ou marcas de operações, a linguística culioliana torna possível o acesso do linguista à atividade cognitiva, ainda que se trate de um acesso indireto, através de vestígios deixados em uma língua dada.

É constitutiva da atividade de referenciação a possibilidade de referir num espaço homogêneo. Para tanto, o sujeito tem de construir coordenadas enunciativas que delimitem um tempo-espaço de interlocução e, com efeito, restrinjam os valores referenciais do enunciado. Essa



---

atividade possibilita que sejam estabelecidas relações entre os elementos dos domínios linguístico e extralinguístico. Como se trata de uma relação construída dentro de uma topologia, conclui-se que não temos correspondência total dos termos do enunciado com a realidade extralinguística.

A equilibração é constitutiva dos processos adaptativos em geral e dos processos enunciativos em particular. A existência do enunciado resulta dos ajustamentos entre um esquema formal, denominado léxis, que se antepõe ao enunciado, como possibilidade de representação, e o contexto encaixante, que se sobrepõe à léxis com marcas de asserção. Se, de um lado, as representações caminham numa dada direção, de outro lado, há direções para onde as representações podem ou devem caminhar<sup>5</sup>.

O jogo das regulações intra e intersubjetivas é constitutivo do processo de colocar em forma da representação. Se, por um lado, é uma tendência do discurso eliminar as assimetrias intra e intersubjetivas de fundamento, por outro lado, as marcas desse processo o constituem. Por isso, o discurso guarda algum grau de imprevisibilidade, de incerteza e de diferença (não-homogeneidade).

Nesse viés, a enunciação não se confunde com a definição que lhe deu Benveniste. Para esse linguista, “a enunciação é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (BENVENISTE, 1991, p. 82). Para Pria (2013),

decorre dessa definição que a enunciação deve ser entendida como um conjunto de parâmetros externos ao enunciado e à

---

<sup>5</sup> A causalidade, o aspecto e a determinação são categorias da linguagem privilegiadas dos ajustamentos da trajetória da representação.



---

própria atividade de linguagem. Instaura-se o paradoxo: se a enunciação compreende um conjunto de fatores externos ao enunciado e, se o enunciado é produto da enunciação, a enunciação é produto do que? (PRIA, 2013, p. 40).

Os fundamentos epistemológicos da enunciação não são os mesmos para Benveniste e Culioli. Nos apropriamos das palavras de Pria (2013) para afirmar que Benveniste “entende a enunciação como a maneira pela qual um sujeito se enuncia (o ato de alguém). Na esteira dessa compreensão, o enunciado será entendido como o produto da enunciação do sujeito” (PRIA, 2013, p. 41). Novamente nos servimos de Pria (2013) para afirmar que Culioli “entende a enunciação como o processo de constituição de um objeto – o enunciado – isto é, a maneira pela qual um enunciado se enuncia. Nesse caso, o enunciado será entendido como o agenciamento de vestígios das operações realizadas na sua construção” (PRIA, 2013, p. 41).

É de natureza distinta a atividade de linguagem para cada um destes linguistas. Benveniste entende por atividade de linguagem a prática de operacionalização da língua (“colocar em funcionamento a língua”), para Culioli, a atividade de linguagem é entendida como a prática de construção de significação em situações particulares. Na esteira de Culioli, Pria (2013) conclui que

a enunciação [não] seja compreendida meramente como um acontecimento singular real em que um enunciado é proferido em uma situação de interlocução. Esse acontecimento é parte de um processo mais amplo que aciona um conjunto de parâmetros abstratos internos à atividade de linguagem (PRIA, 2013, p. 41).



---

São constitutivos do enunciado os parâmetros referidos por Pria (2013). Sustenta essa afirmação a teorização da ocorrência material do enunciado como o agenciamento de marcas de operações enunciativas subjacentes à superfície textual (CULIOLI, 1978). Com efeito, somos advertidos de que

o enunciado não é apenas uma simples ocorrência material, é também um construto teórico que se pode definir como um agenciamento de marcadores (isto é, de traços de operações), localizado em relação a um sistema complexo de coordenadas enunciativas. O primeiro enunciador (locutor) constrói o enunciado, isto é, determina um agenciamento regulado de marcadores, de modo que o co-enunciador (interlocutor) ajuste seu sistema de determinação, em favor do enunciado (dentre outros índices, e reconstrua através dos traços do texto as operações a que remetem (CULIOLI, 1978, p. 486 – tradução nossa).

A passagem do nível das representações mentais ou cognitivas para o nível das representações referenciais ou linguísticas implica a construção de um espaço de ajustamentos e desvios, distanciamentos e aproximações de representações intra e intersubjetivas. Desse ponto de vista, não há espaço para classificações ou construtos homogeneizantes, nem para explicações da produção de significação que estejam fundamentadas pela tese da estabilidade da língua.

A apreensão das operações da linguagem que estão sustentando a passagem das representações do nível cognitivo ao nível linguístico em situações práticas de construção de significação implica que se opere com instrumentos adequados à maleabilidade das representações que são objeto da articulação da linguagem com as línguas naturais e, além disso, que as



explicações do funcionamento dinâmico das línguas estejam fundamentadas pela tese da indeterminação da linguagem.

A partir desse ponto do texto, retomaremos os exemplos (1) e (2) e os analisaremos sob o ponto de vista que defendemos junto à TOPE.

(1) *Pierre a **peu** travaillé*  
(*Pedro trabalhou **pouco***).

(2) *Pierre a **un peu** travaillé*  
(*Pedro trabalhou **um pouco***).

Os enunciados (1) e (2) resultam da determinação de uma mesma representação em pontos diferentes de sua trajetória. A representação alcança formatação densa da base nominal (*Pedro-o trabalhador*), com tendência à construção do compacto (*o trabalhador*), em (1), em razão do fechamento de pontos espaço-temporais de sua trajetória numa dada situação. A formatação densa (*Pedro, e não outro, trabalhou*) da base predicativa é alcançada, em (2), com tendência à construção do discreto (*Pedro, dentre outros, trabalhou*), em razão da abertura de pontos espaço-temporais numa dada situação.

A tipologia “discreto”, “denso” e “compacto” refere o modo do processo<sup>6</sup>. Esses tipos relacionam a instanciação da noção num espaço topológico à formatação da representação num espaço-tempo enunciativo determinado.

Se, por um lado, o discreto passa a impressão de grau fraco, o compacto passa a impressão de grau forte de determinismo entre as bases

<sup>6</sup> Consta de Vogüe (1989) sua ampla fundamentação.



nominal *Pedro* ( ) e predicativa ( ) *trabalhar* ( )<sup>7</sup>. Para ir do discreto ao compacto (*o trabalhador*), é necessário passar pelo denso (*Pedro-o trabalhador*), que parece elevar o grau de determinismo entre as bases.

Para a construção do compacto, um mesmo sujeito tem de observar, várias vezes, várias ocorrências discretas de predicação, em tempos-espacos variados, variação essa que está indicada por t1, t2, t3, e assim por diante, em (1c). Levado às últimas consequências, o processo de fechamento desses pontos espaço-temporais variados vai resultar na construção de uma classe de predicados (*o trabalhador*).

(1c) *Pedro trabalhou t1, Pedro trabalhou t2, Pedro trabalhou t3 ...*

Por um lado, *peu* situa a noção em relação a uma situação particular, em (1). Por outro lado, marca a distância da ocorrência atual da noção (em construção) em relação ao centro organizador do agregado de ocorrências no interior do domínio nocional. É constitutivo do centro uma ocorrência tipo, isto é, uma ocorrência privilegiada por ser o exemplar da noção, e um atrator, por exemplo, o alto grau da noção, *o trabalhador* por excelência, numa classe de predicados. *Peu* é vestígio das operações que buscam equilibrar a desproporção ou a não-conformidade (a diferença) entre o alto grau, que se encontra no interior do domínio da noção **P**<sup>8</sup> (*Pedro-trabalhador*), e a ocorrência atual, em construção, na situação

<sup>7</sup> Os intervalos entre parênteses preveem os lugares formais que serão construídos por operações predicativas e enunciativas.

<sup>8</sup> A noção será representada pela letra **P** em negrito e caixa alta. Suas ocorrências, pela letra *p* em itálico e minúscula.







---

particular. Por isso, ficamos com a intuição de representação não-ainda de *Pedro-trabalhador*, em (1).

Toda noção **P** é compreendida por um feixe de propriedades abstratas<sup>9</sup> que se organizam em um espaço topológico, também conhecido como Domínio Nocional, munido de um interior, um exterior e uma região de fronteira. O Domínio opera sobre o estável, propriedades físico-culturais definidas e socializadas no interior de uma cultura dada, e sobre o deformável, modulações do estável que se traduzem, através do contexto encaixante, pela ratificação ou pela reorientação do estável. Levada às últimas consequências, a reorientação pode chegar à dispersão da noção e o vazio.

Com efeito, não só as ocorrências de  $p$  (o “verdadeiramente  $p$ ”) que podem ser encontradas no interior, mas também o complementar da noção (o “verdadeiramente  $não-p$ ”), no exterior do domínio, são representados pela topologia do Domínio Nocional. Ocorrências de fronteira estão caminhando ou na direção do interior (o quase verdadeiramente- $p$ ) ou do exterior (o quase  $não-p$ ) do Domínio.

O compacto passa a intuição de que no intervalo de espaço-tempo de todas as ocorrências de predicação observadas por um mesmo sujeito, o processo *trabalhar* é uma constante na predicação de *alguém* que é sempre o mesmo. Essa intuição de determinismo terá de ser confirmada pelas modulações do contexto encaixante na situação atual. Em situações práticas de construção de significação, terá de ser confirmada, pelas modulações do

---

<sup>9</sup> Seu reconhecimento é resultado de um procedimento metodológico complexo que opera a passagem de ocorrências fenomenológicas a uma ocorrência abstrata.



---

contexto encaixante, a projeção de existência de classe (estabilidade fictícia) subjacente à construção do compacto.

Ao situar a noção em relação a uma situação particular, em (1), *peu* restringe a instanciação da base nominal das ocorrências de predicação observadas por um mesmo sujeito (pré-construto) aos sujeitos que o enunciador acredita serem conhecidos do interlocutor da situação atual. É um pré-construto para o enunciado que o interlocutor também tenha observado ocorrências da predicação de *alguém* pelo processo *trabalhar*. Sendo *Pedro* um desses sujeitos (*Falemos de Pedro, dentre outros conhecidos nossos*), o enunciador percorrerá o conjunto das ocorrências de predicação do processo *trabalhar* do pré-construto na busca de identificá-lo.

Se, por um lado, essa operação visa à localização de ocorrências de *Pedro* em relação às ocorrências de predicação do pré-construto, por outro lado, resulta dessa operação a identificação/diferenciação entre a ocorrência de *Pedro* da situação atual e os sujeitos das predicções do pré-construto. Assim, *peu* é vestígio das operações de ajustamento entre a estabilidade subjetiva provisória (o mesmo enquanto outro e o outro enquanto outro mesmo) dada pelos sujeitos das predicções do pré-construto e a estabilidade intersubjetiva em construção na situação atual. Nessa situação, se o enunciador conclui que *Pedro, nosso conhecido, trabalhou como sempre*, é porque optou por ratificar, através do contexto encaixante, a estabilidade da noção *trabalhador*, que se encontra no interior do domínio, mesmo quando identificada com *Pedro*. Esse não é o caso, em (1)





---

Do ponto de vista intersubjetivo, *peu* marca, na situação atual, que ainda não se alcançou a saturação da base nominal por um sujeito sempre o mesmo. Logo, *peu* é uma marca de alteridade porque abre caminho a outros sujeitos possíveis. *Peu* equilibra a instabilidade nocional (a não-conformidade, a diferença) entre *alguém* que instancia a base nominal das ocorrências de predicação observadas por um mesmo sujeito no pré-construto (aquelas que o enunciador acredita serem as do seu interlocutor) e o sujeito da representação em construção no intervalo de espaço-tempo da situação atual.

Nessa situação, se o enunciador conclui que *Pedro, nosso conhecido, já não trabalha mais como sempre*, é porque o alto grau, o *trabalhador* por excelência, encontra obstáculos à sua instanciação. Em (1), o contexto encaixante joga a noção para a região de fronteira, onde é possível a formatação densa da representação. Com efeito, se por um lado *peu* equilibra a instabilidade nocional, por outro, reorienta a projeção de estabilidade intersubjetiva que era um pré-construto para o enunciado. Em suma, a instanciação da noção é compacta e a formatação da representação é densa, em (1).

Conforme já o dissemos, o discreto passa a impressão de grau fraco de determinismo entre as bases nominal e predicativa. Talvez seja porque, para a determinação do discreto, basta que um mesmo sujeito tenha observado, ao menos uma vez, a ocorrência de predicação de *alguém* pelo processo *trabalhar*, e que tenha existido *trabalhador* pelo menos nesse intervalo de espaço-tempo determinado. Contudo, para ir do compacto ao



---

discreto, se faz necessária a passagem pelo denso, que parece diminuir o determinismo entre as bases.

O processo de abertura de pontos espaço-temporais variados vai resultar na construção de estados resultantes (*o trabalho*) ou do descontínuo enumerável. Sendo a projeção de existência de *trabalhador* uma estabilidade provisória ou fictícia para a construção do discreto, ela terá de se confirmar em situações práticas de construção de significação pelas modulações do contexto encaixante.

Será um obstáculo à instanciamento discreta da noção, numa situação enunciativa dada, o sujeito que, tendo instanciado a base nominal, não puder ser chamado de “trabalhador” no pré-construto. É bem verdade que o *trabalhador* se determina no intervalo de espaço-tempo determinado pelo processo *trabalhar*. É também verdade que o discreto joga com a projeção dessa determinação.

*Alguém* de quem se tenha predicado a propriedade *ser trabalhador* através do processo *trabalhar* será chamado de “trabalhador”. Portanto, a determinação do sujeito (*trabalhador*) não prescinde da predicação de *alguém* pelo processo *trabalhar*. É uma estabilidade provisória<sup>10</sup> a projeção de existência de *trabalhador* para o discreto. Quer dizer que será chamado provisoriamente “trabalhador” o sujeito que vier a instanciar a base nominal até que lhe seja predicado o processo *trabalhar* numa situação enunciativa atual. Em situações práticas de construção de significação, são as modulações do contexto encaixante na situação atual que poderão confirmar

---

<sup>10</sup> Todo pré-construto é um ponto fictício que se coloca como uma estabilidade provisória para determinações ulteriores.



---

a relação predicativa subjacente e a existência de *trabalhador* que ela projeta na construção do discreto.

Por um lado, *un peu* situa a noção em relação a uma situação particular, em (2). Por outro lado, é marca da não confirmação, na situação atual, da projeção de existência de *trabalhador* do pré-construto. *Un peu* é marca da alteridade considerada e suprimida ou eliminada. Ao situar a noção em relação a uma situação particular, *un peu* restringiu a determinação de uma ocorrência atual de *trabalhador* aos sujeitos conhecidos dos interlocutores, dentre os quais *Pedro*. Instanciada a base nominal do pré-construto por *Pedro*, observa-se que não se poderá chamar esse sujeito de “trabalhador” na situação atual. Com efeito, na retomada, o contexto encaixante joga a noção para a região de fronteira do domínio, onde é possível a formatação densa da representação. *Un peu* equilibra a instabilidade nocional e reorienta a projeção de existência de trabalhador do pré-construto. Para a obtenção do estado resultante do processo *trabalhar*, foi suficiente o tanto trabalhado por *Pedro*, ainda que se possa questionar se *Pedro* pode ser chamado de “trabalhador”. Em suma, a instanciação da noção é discreta e a sua formatação é densa, em (2).

Toda ocorrência nocional, ao passar de uma representação cognitiva a uma representação linguística é situada em relação a um espaço de referência. Portanto, traz para esse espaço as projeções de sentido do pré-construto. De fato,

todo enunciado parte de uma **noção inicial**, com valor predicativo, ou causal, passa por um caminho aspecto-modal, que nada mais é do que a **alteridade** (seja animada, seja inanimada, seja o outro-outro, seja o outro-o mesmo) que oferece a espessura **dialógica** necessária para que a





---

representação venha a ter existência conforme ela precisa ter existência (REZENDE, 2000, p. 148 - grifo nosso).

A significação dos textos é um construto da atividade de linguagem. O sujeito está na gênese de todo o processo de construção de significação em situação prática, quer ratificando, quer reorientando, as projeções de existência de representação que traz para o diálogo. Desse ponto de vista, concluímos que as intenções argumentativas estão na origem do processo de construção de significação em língua. Na trajetória da representação, são observadas tendências (projeções de representação) que nem sempre estão disponíveis numa dada situação. O contexto encaixante explicita vestígios de operações sobre trajetórias nem sempre bem-sucedidas de instanciação de representações abstratas em representações referenciais.

Se, para a *Teoria da Argumentação na Língua* a alteridade é apreensível ao nível do sentido, na definição dos encadeamentos argumentativos, para a *Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas* é apreensível ao nível da atividade de linguagem e atravessa o processo de construção da significação, o sujeito nesse caso está na gênese de todas as opções e escolhas do processo constitutivo do enunciado.

### **À guisa de uma conclusão**

Para a *Teoria da Argumentação na Língua*, o jogo intersubjetivo é apreensível ao nível do sentido, na definição dos encadeamentos argumentativos. Nesse sentido, a atividade de linguagem se aproxima da prática de operacionalização da língua (“colocar em funcionamento a língua”), tal como para Benveniste. Talvez esse projeto teórico se possa





---

traduzir, ainda que com algum grau de poesia, por Fernando Pessoa, através da sua célebre afirmação: “a linguagem fez-se para que nos sirvamos dela, não para que a sirvamos a ela” (PESSOA, 1997, p. 73).

A apreensão do jogo intersubjetivo pela *Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas* está teorizada como a prática de construção de representação, referenciação e regulação. Desse ponto de vista, a significação não é o efeito do uso ou da operacionalização da língua. É o construto do processo de construção da significação. O sujeito é aquele que se antepõe, através de projeções de existência de representação, e se sobrepõe, através de modulações sobre essas projeções na situação atual de diálogo. De fato, “o sujeito encontra-se inscrito no próprio âmago da teoria” (FUCHS, 1984, p. 82).

### Referências

- ANSCOMBRE, J. C.; DUCROT, O. **L'Argumentation dans la langue**. 2. ed. Bruxelles: Mardaga, 1988.
- BENVENISTE, E. O aparelho formal da enunciação. In: BENVENISTE, E. **Problemas de linguística geral II**. 2. ed. Campinas: Pontes, 2006. p. 81-90.
- CARROL, L. **Alice no país das Maravilhas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- CULIOLI, A. Linguistique du discours et discours sur la linguistique. **Revue philosophique**, v. 4, p. 481-488, 1978.



- 
- CULIOLI, A. Representation, referential processes and regulation. In: CULIOLI, A. **Pour une linguistique de l'énonciation**. Paris: Ophrys, 1999. p. 177-192.
- DUCROT, O. **Les mots du discours**. Paris: Minuit, 1980.
- DUCROT, O. **O dizer e o dito**. Campinas, SP: Pontes, 1987.
- FUCHS, C. O sujeito na teoria enunciativa de A. Culioli: algumas referências. **Caderno de Estudos Linguísticos**, n. 7, p. 77-85, 1984.
- PESSOA, F. **A língua portuguesa**. Lisboa: Assírio & Alvim, 1997.
- PONZIO, A. **Procurando uma palavra outra**. São Carlos: Pedro&João Editores, 2010.
- PRIA, A. D. O diálogo, a significação e a enunciação na articulação da linguagem com as línguas naturais. In: PRIA, A. D. *et al.* (Orgs.) **Linguagem, escrita e tecnologia**. Campinas: Pontes Editores, 2013. p. 37-50.
- REZENDE, L. M. Contribuições da Teoria da Operações Predicativas e Enunciativas para o ensino de línguas. *Versão Beta*, São Carlos, n. 8, p. 7-28, 2010.
- REZENDE, L. M. Diversidade experiencial e linguística e o trabalho do professor de língua portuguesa em sala de aula. In: ONOFRE, M. B; REZENDE, L. M. (Orgs). **Linguagem e Línguas Naturais**. Diversidade Experiencial e Linguística. São Carlos: Pedro e João Editores, 2006. p. 11-21.
- REZENDE, L. M. **Léxico e gramática**: aproximação de problemas linguísticos com educacionais. Tese (Livre docência) – Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2000.





---

VOGÜE, S; PAILLARD, D. Modos de presença do outro. In: VOGÜE, S. *et al. Linguagem e enunciação: representação, referenciação e regulação*. São Paulo: Contexto, 2011. p. 131-159.

VOGÜE, S. Discret, Dense, Compact: Les enjeux énonciatifs d'une typologie lexicale. **La notion de prédicat**. Collection ERA-642, Université de Paris 7, p. 1-38, 1989.